

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.003 - BA (2019/0059058-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : SPARTACO SAUL CONCEICAO DE AVELAR
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUELY MARIA DA SILVA - BA021408
ANTONIO CARLOS SANTOS - BA044212
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : RAFAEL FREITAS DO NASCIMENTO
ADVOGADO : ROBERTO DA SILVA CRAVO - BA026622

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. CONSUMAÇÃO. POSSE MANSA. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DESNECESSIDADE. MATÉRIA DE DIREITO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que o delito de roubo consuma-se com a simples posse da coisa alheia móvel subtraída, ainda que por breves instantes, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima.
2. A análise da controvérsia não implica o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, por se tratar de matéria estritamente de direito, não havendo falar na incidência da Súmula 7/STJ.
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator